

ORIGEM SOCIAL, ESCOLHA DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO E DESEMPENHO ESCOLAR: UM ESTUDO COM FAMÍLIAS DE ALUNOS DAS REDES ESTADUAL E MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Tânia de F. Resende – FaE/UFMG

Claúdio Marques M. Nogueira – FaE/UFMG

Maria José Braga Viana – FaE/UFMG

Agência(s) Financiadora(s): Programa Observatório da Educação - CAPES/INEP

Introdução

As análises das relações entre origem social e desigualdades de escolarização continuam ocupando um lugar de destaque na Sociologia da Educação, especialmente na medida em que, não obstante a democratização do acesso à escola em seus diferentes níveis, o vínculo entre desigualdades sociais e resultados escolares se mantém, conforme apontam estudos em todo o mundo (Coleman et al, 1966; Forquin, 1995; Lareau, 2007; Barbosa, 2011; Ayed, 2012). As pesquisas têm avançado no sentido de contemplar diferentes dimensões das referidas relações, da abordagem de fatores posicionais ligados ao meio de origem à investigação de características socializadoras das famílias e de suas estratégias face à escolarização dos filhos (Nogueira, 2005).

Trabalhos desenvolvidos a partir das últimas décadas do século XX evidenciaram a importância da escolha do estabelecimento de ensino no conjunto das estratégias de mobilização das famílias para oferecer melhores oportunidades educacionais aos filhos. Demonstraram, também, que tal escolha é fortemente correlacionada à posição sociocultural da família e, assim, constitui um fator de manutenção das desigualdades educacionais (Nogueira, 1998). Estudos mais recentes têm indicado a importância de considerar de modo articulado as estratégias familiares, as diferenças existentes na estrutura e nas dinâmicas das redes ou instituições de ensino e as desigualdades socioespaciais (Ribeiro et. al., 2010; Koslinski e Alves, 2012; Ayed, 2012). No caso brasileiro, observa-se a existência de fortes hierarquizações de prestígio e qualidade, tanto entre a rede de ensino privada e a pública quanto no interior de cada uma, configurando diferentes oportunidades educacionais para as famílias, diante das quais a investigação dos processos de escolha dos estabelecimentos escolares mostra-se relevante, mesmo entre os usuários das escolas públicas (Costa, 2008; Alves, 2010; Costa e Koslinski, 2012).

O presente texto busca contribuir com esse campo de pesquisas discutindo as relações entre origem social, escolha do estabelecimento de ensino, mobilização escolar familiar e

desempenho escolar dos filhos, em famílias de camadas populares, usuárias da rede pública de ensino. Foram entrevistadas 33 famílias cujos filhos participaram do Projeto Geres em Belo Horizonte¹ e estavam matriculados em escolas estaduais e municipais da cidade. Para a seleção dessas famílias, o conjunto das escolas estaduais e municipais participantes do Geres foi separado em dois grupos: 1) escolas estaduais e municipais com resultados destacados na Prova Brasil², designadas como “escolas destacadas”; 2) demais escolas estaduais e municipais, designadas como estaduais e municipais “comuns”.

A distinção entre esses dois tipos de escolas, feita com base em estudos como os de Herán (1996) e Alves (2010), objetivou contemplar famílias que, em condições socioeconômicas semelhantes, realizaram escolhas diferentes para a escolarização de seus filhos, no interior da rede pública de ensino, escolhas essas que foram tomadas como indicadoras do grau de mobilização escolar familiar. A hipótese era a de que as famílias das escolas estaduais e municipais destacadas na Prova Brasil seriam mais mobilizadas do que as das escolas “comuns”. Supusemos, pelo conhecimento prévio da existência desse tipo de prática, que uma parte delas teria intencionalmente burlado o Cadastro Escolar³ e deliberadamente escolhido uma escola de melhor desempenho para os filhos. As famílias cujos filhos estavam nas escolas estaduais e municipais comuns seriam menos mobilizadas, uma vez que, supostamente, teriam obedecido de modo mais passivo ao Cadastro Escolar.

A fim de verificar a relação entre mobilização familiar e desempenho escolar, as famílias foram selecionadas para as entrevistas considerando também, além do tipo de escola pública, as proficiências dos filhos nos testes de Língua Portuguesa e de Matemática do Projeto Geres. Assim, foram selecionados quatro subgrupos, com dez famílias cada, conforme distribuição a seguir:

¹ O *Projeto Geres – Estudo Longitudinal da Geração Escolar 2005* foi uma pesquisa interinstitucional que acompanhou, de 2005 a 2008, a evolução da proficiência escolar de cerca de 21.000 alunos do ensino fundamental de cinco cidades brasileiras, por meio da aplicação de cinco “ondas” de testes de Língua Portuguesa e de Matemática – a primeira realizada no início de 2005, quando os alunos começavam a 1ª série, e as demais, aplicadas no final da 1ª, da 2ª, da 3ª e da 4ª séries. Para maiores informações sobre o *Projeto Geres*, consultar Franco, Brooke, Alves (2008).

² Esse grupo corresponde às escolas participantes do Projeto Geres em Belo Horizonte que se localizavam no quintil superior de desempenho na “Prova Brasil” 2005 - avaliação de rendimento escolar realizada pelo INEP/MEC (www.inep.gov.br).

³ O Cadastro Escolar é o processo oficial de alocação de vagas nas redes estadual de Minas Gerais e municipal de Belo Horizonte. Cada família deve cadastrar-se apresentando um comprovante de endereço. Depois recebe, pelos Correios, uma carta indicando qual a escola em que deverá matricular seu filho, tendo como principal critério a distância entre a escola e o local de moradia.

- a) alunos com melhores desempenhos das escolas destacadas;
- b) alunos com piores desempenhos das escolas destacadas;
- c) alunos com melhores desempenhos das escolas comuns;
- d) alunos com piores desempenhos das escolas comuns.

Não foi possível, porém, entrevistar as 40 famílias, mesmo recorrendo à amostra reserva, devido principalmente a dificuldades de contato⁴. O número de entrevistas efetivamente realizadas, considerando os subgrupos acima, foi: a) 8; b) 7; c) 10; d) 8, perfazendo 33 entrevistas ao todo.

Neste texto, privilegiaremos uma perspectiva comparativa entre os quatro subgrupos de alunos/famílias. Inicialmente, caracterizaremos o desempenho escolar dos alunos dos quatro subgrupos. Em seguida, apresentaremos o perfil socioeconômico das famílias, tendo em vista tanto o impacto dessa variável sobre o desempenho escolar quanto a necessidade de melhor caracterizar sociologicamente os subgrupos investigados⁵. Finalmente, descreveremos, em linhas gerais, os processos de escolha dos estabelecimentos de ensino por essas famílias, buscando relacioná-los com a questão da mobilização escolar familiar e com o desempenho obtido pelos filhos.

1. O desempenho escolar nos quatro subgrupos

Em relação ao desempenho dos alunos, uma primeira observação a ser feita é que o contraste entre escolas públicas comuns e destacadas, realizado com base nos resultados da Prova Brasil, mostrou-se coerente com os resultados dos alunos nos testes Geres (Tabela 1). Ressalta-se que em praticamente todas as ondas, as proficiências dos alunos de melhor desempenho das escolas destacadas são superiores às de seus equivalentes das escolas comuns; o mesmo se observa na comparação entre os alunos de pior desempenho dos dois tipos de escolas. Não cabe discutir neste texto as possíveis razões pelas quais os alunos desses dois grupos de escolas, pertencentes às mesmas redes de ensino, apresentam desempenhos tão diferenciados; o fato é que se constata a existência de duas realidades relativamente contrastantes do ponto de vista dos resultados escolares. É importante salientar que esse

⁴ As entrevistas foram realizadas nos anos de 2011 – 2012, mas os endereços e telefones das famílias constantes de nossa base de dados tinham sido colhidos em pesquisa anterior, realizada em 2007. Assim, algumas famílias não puderam ser localizadas, pois haviam mudado de endereço e transferido os filhos de escola. Houve também, embora poucos, alguns casos de famílias que se negaram à realização da entrevista.

⁵ Diversos outros aspectos ou variáveis referentes às famílias foram contemplados nas entrevistas e não serão aqui abordados por questões de espaço.

contraste aparece também no discurso dos pais ou mesmo dos alunos sobre as escolas. As famílias das escolas destacadas parecem, em alguma medida, ter consciência de que seus filhos estão em um ambiente escolar relativamente privilegiado no interior da rede pública.

Uma segunda observação importante é a de que a distinção entre alunos com melhor e pior desempenho dentro de cada tipo de escola mostrou-se ainda mais significativa do que a observada entre tipos de escola. As diferenças de proficiência entre o subgrupo com melhores e o subgrupo com piores resultados nos testes Geres são bastante significativas, tanto no interior das escolas destacadas quanto no das escolas comuns (Tabela 1). Essas diferenças mostraram-se coerentes com a avaliação que os próprios pais fazem do desempenho escolar dos filhos e também com outros dados mais objetivos sobre suas trajetórias escolares, como a ocorrência ou não de reprovações.

Os alunos de melhor desempenho das escolas destacadas, com exceção de apenas um caso, apresentam situação de completa adequação idade-série. Segundo os pais, apresentam boas notas na escola e se destacam como alunos disciplinados e dedicados aos estudos. De maneira similar, os alunos de melhor desempenho das escolas comuns nunca foram reprovados e são descritos pelos pais como bons alunos, ou no mínimo como médios. Apesar dessas similaridades, parece haver também diferenças importantes entre os dois subgrupos. Os de melhor desempenho das escolas destacadas foram descritos pelos pais como bons alunos de maneira mais enfática: “só notas boas”; “menino que fecha a prova mensal”; “não sofreu recuperação”; “sempre foi boa aluna”. Já os pais dos alunos de melhor desempenho das escolas comuns são, em geral, mais cautelosos na caracterização do desempenho dos filhos e metade deles descreve que as crianças passaram por “altos e baixos” (perda de médias, fases de baixo investimento escolar, etc.) durante sua trajetória escolar. Os resultados alcançados pelos dois subgrupos de alunos nos testes Geres (Tabela 1) também sugerem uma diferença consistente e persistente entre os níveis de desempenho deles. Os alunos das escolas destacadas têm melhores resultados em praticamente todas as ondas de testes, com exceção da terceira onda de Matemática.

No que se refere aos alunos com resultados mais baixos das escolas destacadas, a grande maioria encontra-se em situação de distorção idade/série, tendo tido pelo menos uma reprovação ao longo da trajetória; dois alunos tiveram duas reprovações cada um. De um modo geral, os relatos dos pais, em contraste com os dos subgrupos anteriores, sugerem que

esses alunos apresentam um rendimento mais baixo na escola, além de vivenciarem, em alguns casos, problemas de desinteresse e indisciplina. Nos testes Geres, apresentam resultados bastante inferiores aos dos melhores alunos das escolas destacadas e também inferiores aos alcançados pelos melhores alunos das escolas comuns. Sua performance sugere, de qualquer forma, uma situação melhor, em termos relativos, do que a observada junto aos alunos com piores resultados das escolas comuns. Neste último subgrupo, todos os oito alunos apresentavam distorção idade/série, tendo tido pelo menos uma reprovação ao longo da trajetória; três alunos tiveram duas reprovações cada um. De maneira geral, os relatos dos pais deste subgrupo também confirmam a situação de baixo desempenho escolar dos filhos, sendo descritos problemas de indisciplina, desinteresse e dificuldade de aprendizado.

Assim, é possível dizer que o desenho metodológico da pesquisa de fato possibilitou abordar quatro experiências de escolarização relativamente distintas no interior das redes públicas municipal e estadual de Belo Horizonte. Temos um contraste significativo entre os quatro subgrupos de alunos e famílias selecionados, cabendo investigar como e em que medida seria possível compreender essas diferentes realidades a partir da consideração dos aspectos familiares.

Tabela 1: Médias das proficiências dos alunos, por subgrupos, nos testes Geres

<i>Tipo de escola</i>	<i>Subgrupo</i>	<i>Proficiência nos testes Geres</i>							
		Língua Portuguesa				Matemática			
Estadual ou municipal destacada	Melhores desempenhos	132,38	148,14	167,48	177,45	119,18	146,61	161,27	177,64
	Piores desempenhos	79,38	102,03	112,78	123,23	78,05	108,16	102,87	133,86
Estadual ou municipal Comum	Melhores desempenhos	124,57	138,77	160,39	168,19	117,93	140,61	162,87	173,18
	Piores desempenhos	71,59	97,08	98,41	107,06	71,32	96,04	90,73	100,62

2. Perfil socioeconômico dos quatro subgrupos de famílias

Conforme já apontado, nossa pesquisa buscava identificar famílias que, em condições socioeconômicas semelhantes, apresentassem diferentes graus de mobilização em relação à escolarização da prole. Assim, a seleção da amostra nos levou a um grupo de pais com baixa escolaridade (predomínio de ensino fundamental completo ou incompleto), que exerciam ocupações pouco qualificadas e de baixa renda, compondo um perfil correspondente às camadas populares.

Porém, por meio das entrevistas foi possível perceber variações entre os subgrupos, numa escala microsituacional, as quais configuram vantagens ou desvantagens que os dados agregados não conseguem captar (Collins, 2000). Por exemplo, ter um emprego estável como funcionário público, ser trabalhador manual com vínculo empregatício ou trabalhar com “bicos” constituem diferentes situações profissionais identificadas, que impactam claramente as condições de vida familiares. Ter concluído o ensino médio na idade prevista, tê-lo concluído após algumas reprovações ou tê-lo cursado após muitos anos de afastamento da escola, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, representam diferentes experiências em torno de um mesmo nível de escolaridade, as quais podem ser decisivas, do ponto de vista da influência sobre os filhos. Percebemos que, em termos gerais, essas variações seguem certa gradação, parecendo melhorar conforme se passa de um subgrupo de famílias para o outro, na seguinte ordem: alunos com piores desempenhos das escolas comuns; alunos com piores desempenhos das escolas destacadas; alunos com melhores desempenhos das escolas comuns e alunos com melhores desempenhos das escolas destacadas. Esse *continuum* pôde ser estabelecido a partir da observação de diferentes elementos: nível de escolaridade, tipo de profissão e situação profissional dos pais (trabalho mais ou menos formalizado); tamanho e composição das famílias; condições de moradia; presença de membros da família com problemas crônicos de saúde, dependentes de álcool ou drogas, ou mesmo envolvidos em atos criminais. Por meio das entrevistas, foi possível perceber claramente como todos esses elementos impactavam o processo de escolarização das crianças.

O cálculo da média de nível socioeconômico (NSE)⁶ das famílias de cada subgrupo evidenciou, também, diferenças significativas (Tabela 2), as quais seguem o mesmo *continuum* acima referido. As diferenças dentro de cada tipo de escola (destacadas e comuns), entre alunos com melhores e piores desempenhos, são significativamente mais importantes

⁶ Utilizamos o índice de NSE (nível socioeconômico) já disponível no banco de dados do Projeto Geres, o qual leva em conta renda, ocupação e escolaridade dos pais.

que aquelas encontradas ao comparar os alunos de maior desempenho dos dois tipos de escolas, ou ao comparar os de menor desempenho dos dois tipos de escolas. Existe, portanto, uma homologia entre as diferenças de NSE (Tabela 2) e as diferenças de desempenho (Tabela 1), identificadas ao comparar os quatro subgrupos.

Essas constatações alertam para o fato de que parte das diferenças de desempenho entre os quatro subgrupos talvez se explique, ainda, por diferenças objetivas entre os mesmos.

Tabela 2
NSE médio das famílias, por subgrupo

<i>Grupo (tipo de escola)</i>	<i>Subgrupo</i>	<i>NSE</i>
Estadual ou municipal destacada	Melhores desempenhos	-0,03
	Piores desempenhos	-0,30
Estadual ou municipal comum	Melhores desempenhos	-0,10
	Piores desempenhos	-0,43

3. Escolha do estabelecimento de ensino

No momento da entrevista, buscamos colher dados que pudessem confirmar ou não a hipótese de que o tipo de escola frequentada poderia ser um indicador de maior ou menor mobilização dos pais em prol da escolaridade dos filhos. Apresentamos aos entrevistados questões como: Por que seu filho iniciou o ensino fundamental na escola X? Foi indicada pelo cadastro? Como lidaram com essa indicação? Vocês escolheram a escola? Como? E nas situações posteriores de mudanças de escola (caso tenha havido), quais foram as escolhas e como foram feitas? Nesta seção do texto, será apresentada uma síntese dos resultados obtidos em relação a esse tópico, considerando cada subgrupo de famílias entrevistadas.

3.1 – Alunos de melhor desempenho das escolas estaduais e municipais destacadas na Prova Brasil

Neste subgrupo, cinco dentre os oito entrevistados não seguiram o Cadastro Escolar e conseguiram matricular os filhos na escola que consideravam de melhor qualidade na região em que moravam⁷. Na maior parte desses casos, o principal critério de qualidade é a organização do estabelecimento de ensino, havendo rejeição pela escola mais próxima, considerada “sem disciplina” ou, nas palavras dos entrevistados, “uma bagunça” na qual “entra quem quer”. Nesse contexto, observou-se uma “estratégia de evitamento” (Nogueira, 1998) dessa escola e um direcionamento para outra considerada melhor, a partir da indicação de profissionais ou de amigos e parentes, ou ainda porque o prestígio da escola já era conhecido pelos interessados.

Três famílias do mesmo subgrupo acataram o Cadastro Escolar, mas realizaram um trabalho de avaliação da escola indicada, por meio do qual concluíram ser uma boa instituição para a educação dos filhos. Em geral, essas famílias procuraram conhecer a escola – quando não a conheciam previamente – e consideraram aspectos como a organização, a atenção dada aos alunos, o tipo de público atendido. Trata-se de estabelecimentos que têm boa reputação em suas regiões e no conjunto da rede pública, o que tornou desnecessárias maiores intervenções dos pais.

Conclui-se, assim, que todas as oito famílias se mobilizaram, em maior ou menor grau, por uma escola de qualidade para os filhos, o que certamente constitui um elemento importante na configuração de fatores que explicariam os altos desempenhos por eles obtidos nos testes Geres. Em termos analíticos, é necessário destacar duas condições fundamentais dessa mobilização. Em primeiro lugar, ela se deu dentro dos parâmetros de “localização X qualidade” viáveis para esse grupo. Trata-se de famílias que não têm condições materiais de arcar com os custos de uma escola muito distante e nem condições de fazer avaliações de qualidade que exijam um grande conhecimento do sistema de ensino e das diferentes opções pedagógicas existentes. Em segundo lugar, tal mobilização foi de certa forma favorecida pela existência, na região de moradia, de escolas públicas com resultados diferenciados. Assim,

⁷ Uma das mães admite ter usado o endereço de uma tia para obter a vaga na escola desejada. No caso de três famílias, não ficou claro, na entrevista, o modo como foi obtida a vaga em uma escola que não era a indicada pelo Cadastro. Uma quinta família recebeu indicação do Cadastro para uma escola que ainda não estava inaugurada e, sendo assim, procurou outra, considerada muito boa na época, onde a filha foi matriculada.

não são famílias que pesquisaram um leque grande de escolas e fizeram escolhas entre elas, mas pais que, sabendo da existência de uma escola de maior qualidade a uma “melhor distância” de sua residência (Alves, 2010)⁸, envidaram esforços para matricular lá os seus filhos. Essa constatação reforça a importância de, nas análises sobre escolha do estabelecimento de ensino e desigualdades educacionais, considerar a “geografia de oportunidades” (Alves, Lange e Bonamino, 2010; Koslinski e Alves, 2012), a qual sugere que o contexto geográfico influencia tanto as oportunidades objetivamente disponíveis para os indivíduos, quanto as informações a que têm acesso, as percepções e aspirações com relação a essas oportunidades. No caso em tela, a “geografia das oportunidades” parece ter favorecido esse subgrupo de famílias.

3.2 – Alunos de pior desempenho das escolas destacadas

Neste subgrupo, cinco mães (dentre sete) afirmam não terem seguido o Cadastro Escolar, buscando uma escola que consideravam de maior qualidade na região em que moravam. Três delas admitem ter burlado o Cadastro, utilizando o endereço de parentes ou conhecidos. Outras duas usaram estratégias como visita à Secretaria de Educação e conversas com profissionais da escola desejada para conseguir a vaga, apesar da indicação diferente do Cadastro. As outras duas famílias do subgrupo seguiram o Cadastro, pois este atendeu às suas expectativas: as mães afirmam que não aceitariam outra indicação, pois a escola em que os filhos estudam é a melhor da região. As sete mães consideram, de modo geral, na sua avaliação, a organização da escola e o nível de exigência em relação aos alunos; uma das mães chega a mencionar tratar-se de uma instituição que já recebeu prêmios pelo seu desempenho.

Constata-se assim que, também para esse subgrupo, a hipótese da relação entre tipo de escola e mobilização familiar na escolha se confirma: trata-se de famílias que, dentro de seu horizonte de possibilidades, o qual se restringe à rede pública de ensino, foram atuantes no sentido de buscar uma escola de maior qualidade no contexto dessa rede, na tentativa de proporcionar melhores oportunidades educacionais para os filhos. Valem, para essas famílias, as mesmas observações feitas no item anterior a respeito das condições dessa mobilização, no

⁸ Alves (2010) formula a noção de “melhor distância” para fazer referência a uma possibilidade relativa de escolha das famílias no que tange à distância da escola, indicando, para as classes populares, uma escolha ativa, mas marcada pelos limites do contexto no qual se realiza – no caso, uma distância que torne viável a mobilização familiar para o deslocamento da criança até a escola.

que se refere tanto à noção de “melhor distância” quanto à existência, na região de moradia, de uma escola pública diferenciada. Entretanto, no caso deste subgrupo, tal mobilização não se associa a um bom desempenho escolar dos filhos, como acontece com o subgrupo anterior. A discussão dos motivos desse fato extrapola os objetivos deste artigo, ressaltando-se apenas ser necessário considerar outros fatores, a serem buscados no âmbito da escola, da família e do próprio indivíduo.

3.3 – Alunos de melhor desempenho das escolas estaduais e municipais “comuns”

Neste subgrupo, um resultado interessante da pesquisa, o qual contrariou a hipótese inicial, foi a identificação de certa mobilização dos pais quanto à escolha da escola. Em oito das dez famílias do subgrupo foi relatado, pelos entrevistados, um trabalho efetivo de julgamento das alternativas disponíveis e de escolha das escolas, mesmo que essa “escolha” significasse, em alguns dos casos, aceitar, após a análise do estabelecimento, a escola indicada pelo cadastro. Esse trabalho de julgamento e escolha envolvia práticas como: visitas para conhecer as escolas, conversas com outras famílias e com profissionais escolares, visita à Regional de Ensino para checar informações sobre a escola indicada pelo Cadastro, tentativas de mudança de instituição. Duas famílias chegaram a matricular os filhos em escolas mais distantes, consideradas melhores (escola particular no centro e escola pública mais distante), mas posteriormente precisaram mudar essa opção por motivos econômicos.

Enfim, as análises desses oito casos indicam que estar matriculado numa escola definida como “comum”, segundo nossos critérios, não é indicativo suficiente de que não houve um trabalho ativo de escolha do estabelecimento. A esse respeito, duas hipóteses podem ser levantadas. Uma delas é, novamente, relacionada à “geografia de oportunidades”, a qual pode ter definido, para essas famílias, um conjunto de escolas de sua região dentre as quais não houvesse nenhuma destacada em termos de resultados na Prova Brasil. Assim, embora relativamente mobilizadas com relação à escolha, tais famílias teriam ficado privadas da oportunidade de matricular os filhos nesse tipo de escola, optando entre as possibilidades viáveis dentro da sua realidade socioeconômica.

Uma segunda hipótese - considerando a grande hierarquização do sistema de ensino brasileiro, mesmo no interior da rede pública (Costa, 2008) - é a de que, entre as escolas que estamos chamando de “comuns” com relação ao desempenho na Prova Brasil, ainda haja diferenças quanto à organização e à qualidade de ensino. Pode ser que essas famílias tenham,

então, feito opções por determinadas instituições de relativa qualidade na região em que moram, opções essas que, associadas certamente a outros elementos da organização familiar e também das disposições dos estudantes, contribuíram para o desempenho também relativamente melhor de seus filhos, quando comparados aos colegas do mesmo tipo de escola e também aos alunos de pior desempenho das escolas públicas destacadas.

Os dados coletados junto ao grupo de pais dos alunos de melhor desempenho das escolas comuns também levam a relativizar o pressuposto, bastante estabelecido na literatura sobre escolha do estabelecimento de ensino (Nogueira, 1998), de que essa escolha nas classes populares seja feita basicamente seguindo razões práticas: proximidade da residência, fato de já haver irmãos estudando na escola, entre outros. Em oito dos dez casos investigados, além de considerarem os aspectos práticos e as condições de disciplina e segurança presentes em cada estabelecimento, os pais realizaram uma análise mais ou menos detalhada de elementos internos ao processo pedagógico vivido nas escolas. Foram considerados, alternativamente ou em conjunto: o nível de exigência dos diferentes estabelecimentos, as políticas de reprovação, o grau de envolvimento dos professores e diretores, os resultados efetivos em termos de aprendizado (comparando crianças que estudam em diferentes escolas) e foram feitas até mesmo comparações entre as redes municipal e estadual, em termos de suas políticas pedagógicas.

3.4 – Alunos de pior desempenho das escolas “comuns”

Neste subgrupo é que, de modo mais próximo ao previsto conforme as hipóteses iniciais, encontramos maior número de famílias que, tendo matriculado os filhos nas escolas indicadas pelo Cadastro, não chegaram a desenvolver práticas concretas de escolha ou avaliação da escola. Entretanto, mesmo nesses casos parece indevido contrapor o adjetivo “passivo” ao “ativo”, como se seguir o Cadastro significasse total passividade das famílias diante da definição do estabelecimento de ensino para os filhos. Existe, na maior parte das vezes, uma preocupação – menor ou maior – em avaliar essa escola. Neste subgrupo, porém, observa-se que as condições objetivas para fazer mudanças, bem como as condições subjetivas para fazer avaliações (no caso, especialmente, o baixo capital informacional), são muito limitadoras. Nos casos em que o cadastro foi seguido mais estritamente, essas condições se mostraram imperativas. E em todos os casos observa-se que a localização / proximidade da escola é um critério fundamental – em geral o primeiro citado -, dadas as

condições de vida das famílias. Mesmo quando procedimentos mais concretos de escolha são desenvolvidos, isso se faz entre algumas poucas possibilidades definidas pela localização.

Esse foi o caso de duas famílias desse subgrupo que, antes de matricular os filhos, visitaram as escolas mais próximas e conversaram com outras pessoas do bairro para avaliar as opções disponíveis. Outras três mães assumiram a indicação do Cadastro Escolar e ressaltaram a proximidade da escola como critério, mas afirmaram que também havia boas indicações quanto à qualidade, embora sem evidenciar estratégias de busca de informações a esse respeito. Finalmente, apenas uma das mães entrevistadas reconhece que a escola foi escolhida pela proximidade, mesmo sabendo que “o ensino não era bom”⁹.

Cabe destacar que, nesse subgrupo de famílias, além da maior importância assumida pelo critério “proximidade”, o que fica claro nas entrevistas é que, quando os pais priorizam a qualidade no momento de escolha da escola, ou quando avaliam a qualidade da escola na qual o filho já estuda, a caracterização dessa qualidade, diferentemente do que foi observado no grupo de alunos com melhor desempenho, baseia-se em aspectos mais visíveis, como recursos materiais, organização da escola, disciplina e segurança, cuidado com as crianças, comunicação com as famílias. Os aspectos mais estritamente pedagógicos foram mencionados em apenas uma das entrevistas, na forma de comparação entre o conteúdo trabalhado na escola do filho e nas escolas de filhos de parentes e conhecidos.

Considerações finais

As entrevistas discutidas neste artigo foram realizadas no âmbito de uma pesquisa mais ampla, voltada para a análise da influência da família na escolarização dos filhos, com foco nas escolhas familiares e nas transmissões intergeracionais, tanto de capitais familiares quanto de disposições e lógicas socializadoras (Lahire, 1997; Thin, 2006). A escolha do estabelecimento de ensino pelas famílias teve centralidade no estudo, devido à sua importância no conjunto das estratégias de mobilização escolar familiar, constituindo um processo crucial na definição do destino escolar dos filhos, no qual entram em jogo os

⁹ Essa mãe afirma que na época estava em depressão e não tinha ânimo de “subir morro” para levar a filha a outra escola. Na época de realização da entrevista a menina fazia a segunda etapa do ensino fundamental em outra instituição (por encaminhamento da anterior), que a mãe qualificou como “péssima”, segundo ela apelidada de “Carandiru” pela comunidade. Essa é, portanto, uma situação em que de fato se pode caracterizar certa passividade diante do Cadastro Escolar e da definição da escola para a filha. Cabe ressaltar, ainda, que em um dos casos deste subgrupo a matrícula foi obtida mediante transferência do interior, portanto fora da época do Cadastro Escolar.

diferentes capitais familiares e o próprio grau de mobilização escolar dos pais. Com o objetivo de melhor avaliar esse último, a escolha dos sujeitos da pesquisa foi feita de modo a selecionar uma amostra mais homogênea do ponto de vista socioeconômico. Assim, restringimo-nos, no caso específico das entrevistas contempladas neste texto, a famílias cujos filhos estão em escolas municipais e estaduais da periferia de Belo Horizonte, excluindo, portanto, escolas privadas e mesmo escolas públicas localizadas em regiões mais favorecidas. Buscávamos, assim, poder identificar diferenças de mobilização familiar em uma situação de relativa similaridade do ponto de vista das condições objetivas.

Ainda assim, os resultados deixam claro que as diferenças entre as famílias da amostra, do ponto de vista de suas condições objetivas, continuaram a ser importantes e a incidir significativamente sobre a escolarização da prole. Fica, portanto, mais uma vez evidenciada a forte relação, classicamente estabelecida no campo da Sociologia da Educação, entre posição ou origem social e acesso a bens educativos mais valorizados, com o diferencial de que este estudo aponta para níveis de hierarquização mais sutis nos quais pode se manifestar tal relação.

A análise das entrevistas mostrou como o processo de escolha dos estabelecimentos de ensino pelas famílias se realiza nos limites de um campo de possibilidades claramente demarcado pelas condições socioeconômicas. O conjunto das famílias, mas sobretudo aquelas em situação menos favorável, tem que escolher dentre as escolas da rede pública localizadas nas proximidades da residência. Nos poucos casos em que as famílias matricularam seus filhos em escolas mais distantes, os custos dos deslocamentos mostraram-se, quase sempre, insustentáveis a longo prazo. Corroborando o que já está estabelecido pela literatura sociológica, a capacidade de escolha mostrou-se também associada ao capital informacional dessas famílias. A percepção da importância de escolher o estabelecimento de ensino dos filhos e os critérios utilizados no processo de tomada de decisão, mais ou menos externos ao estritamente pedagógico, mostram-se relacionados ao grau de familiaridade dos pais com o sistema escolar, ou seja, basicamente, ao seu capital cultural (Bourdieu, 1998; Herán, 1996).

Quanto à relação entre tipo de escola freqüentada, grau de mobilização familiar e desempenho escolar, as entrevistas analisadas neste artigo mostraram uma realidade complexa. Em primeiro lugar, o fato de a família ter seus filhos em uma escola comum ou destacada não significa, necessariamente, que tenha havido uma escolha do estabelecimento que possa ser, indubitavelmente, caracterizada como passiva ou ativa. Além disso, outro aspecto que não pode ser aqui melhor detalhado, mas é necessário sinalizar, é o fato de que

não identificamos uma relação direta e inequívoca entre o grau de mobilização na escolha da escola e o grau de mobilização mais geral dos pais nos processos de escolarização dos filhos. Na maior parte dos casos há uma certa concordância entre as ações e atitudes dos pais no momento da escolha do estabelecimento escolar e o modo como se relacionam cotidianamente com a escolarização dos filhos.¹⁰ Vimos, porém, casos de pais que se empenharam significativamente na escolha da escola, inclusive burlando o cadastro escolar, mas que não demonstraram o mesmo envolvimento com os processos cotidianos de escolarização e vice-versa. Isso sugere que a escolha da escola pode ser um processo com certa autonomia em relação às outras dimensões do acompanhamento da escolaridade dos filhos, hipótese a ser melhor investigada posteriormente.

Em síntese, este artigo contribui para tornar ainda mais clara a complexidade dos processos de construção social do desempenho escolar. Este, por um lado, está relacionado às condições objetivas das famílias dos alunos, condições essas que variam sutilmente mesmo entre famílias aparentemente semelhantes do ponto de vista macrossociológico. Não se pode negar, por outro lado, o efeito específico da mobilização das famílias em relação à escola, seja no momento da escolha dos estabelecimentos de ensino ou no acompanhamento cotidiano da escolarização. Essa mobilização, por sua vez, não ocorre em abstrato, mas no interior de uma relação concreta entre uma família, um filho e uma escola específica - inserida numa rede e num mercado escolar, localizada em um determinado território e mais ou menos apta a estimular e a fazer frutificar os esforços educativos das famílias por ela atendidas. O desafio para os investigadores parece ser o de avançarmos cada vez mais no entendimento das interfaces entre essas várias dimensões.

¹⁰ Não consta desse trabalho a análise que desenvolvemos, a partir de entrevistas com as famílias, sobre os processos de mobilização escolar das famílias no cotidiano.

Referências bibliográficas

ALVES, Fátima. Escolhas familiares, estratificação educacional e desempenho escolar: quais as relações? *Dados*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br>.

ALVES, F.; LANGE, W.; BONAMINO, A. A geografia objetiva de oportunidades educacionais na cidade do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, L.C.Q. et al. (Org.). *Desigualdades urbanas, desigualdades escolares*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. p. 67-89

AYED, C. B. As desigualdades socioespaciais de acesso aos saberes: uma perspectiva de renovação da sociologia das desigualdades escolares?. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 120, Set. 2012. Disponível em: www.scielo.br.

BARBOSA, M. L. de O. *Desigualdade e desempenho: uma introdução à sociologia da escola brasileira*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: P. BOURDIEU, *Escritos de Educação*. Petrópolis, Vozes, 1998, p. 39-64.

COLEMAN, J. S.; CAMPBELL, E. Q.; HOBSON, C. J., et al. (1966), *Equality of Educational Opportunity*. Washington DC. US Government Printing Office.

COLLINS, R. Situational stratification: a micro-macro theory of inequality. *Sociological Theory*, Washington, v. 18, n. 1, p. 17-43, 2000.

COSTA, M. Prestígio e hierarquia escolar: estudo de caso sobre diferenças entre escolas em uma rede municipal. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 39, p. 455-469, set./dez. 2008.

COSTA, M.; KOSLINSKI, M. C.. Escolha, estratégia e competição por escolas públicas. *Pro-Posições*, Campinas, v. 23, n. 2, Ago. 2012. Disponível em: www.scielo.br.

FRANCO, Creso, BROOKE, Nigel e ALVES, Fátima. (2008), “Estudo longitudinal sobre qualidade e equidade no ensino fundamental brasileiro: GERES 2005”. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.*, vol.16, nº.61, pp. 625-637 .

HERÁN, F. (1996). École publique, école privée: qui peut choisir? *Économie et Statistique*, n. 293, 3, p. 5-39.

KOSLINSKI, M. C. e ALVES, F. (2012). Novos olhares para as desigualdades de oportunidades educacionais: a segregação residencial e a relação favela-asfalto no contexto carioca. *Educação e Sociedade*, vol.33, n.120, pp. 805-831.

LAHIRE, Bernard. Sucesso escolar nos meios populares - As razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.

LAREAU, A. (2007). A desigualdade invisível: o papel da classe social na criação dos filhos em famílias negras e brancas. *Educação em Revista*, n. 46, dez. 2007. Disponível em: www.scielo.br

NOGUEIRA, M. A.(2005) A relação família escola na contemporaneidade: fenômeno social/interrogações sociológicas. *Análise Social*, Lisboa, vol. XL, n. 176, p. 563-578. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/aso/n176/n176a05.pdf>. Acesso em 24/02/2013.

NOGUEIRA, M. A. (1998). A escolha do estabelecimento de ensino pelas famílias: a ação discreta da riqueza cultural. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: n. 7, p. 42-56.

RIBEIRO, L.C.Q., KOSLINSKI, M.C., ALVES, F., LASMAR, C. (Orgs.). *Desigualdades urbanas, desigualdades escolares*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2010.

THIN, D. (2006). Para uma análise das relações entre famílias populares e escola: confrontação entre lógicas socializadoras. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 32, mai.-ago. p. 211-225.